

Ata N.º 2/2022

Pelas 21 horas do dia 29 de abril de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal de Gavião. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Alberto Paisana Faria, Fábio Miguel Florindo Gomes, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Isabel Maria Casa Branca Martins, Sílvia Tibúrcio da Palma, Ana Luisa Marques Carias, Fernando Manuel Meneses Faca, Paulo Jorge Serra dos Santos, Martina Marcelino de Jesus, Abílio Flores Mendes, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. Registou-se a ausência da deputada Ana Luísa Flores Jeremias, por motivos pessoais, tendo solicitado que a falta fosse considerada justificada. -----

Colocado o pedido à consideração da assembleia a falta foi considerada justificada. --- Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino e os senhores vereadores Graciosa Espadinha Chambel, Rui Manuel Fernandes Vieira e Vitor José da Rosa Filipe. -----

Registou-se também a presença da senhora chefe da divisão financeira, para apoio à apresentação do inventário e prestação de contas; bem como da presidente e da secretária da CPCJ de Gavião, para apresentação do respetivo relatório de atividades. Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os pontos **quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez** da ordem de trabalhos. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor presidente da assembleia propôs a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos: -----

PONTO DOZE = apreciação e eventual aprovação da proposta de anulação de deliberações de compromissos plurianuais; -----

O anterior ponto doze - diversos, passaria a ser o ponto treze. -----

O senhor presidente da assembleia questionou se algum membro se opunha à alteração proposta. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, cumprimentando todos os presentes e salientando que no dia 19 de abril tinha sido enviada a ordem de trabalhos da presente

sessão e este assunto não tinha sido enviado. Frisou que o assunto tinha sido apreciado na reunião do executivo a 20 de abril, pelo que poderia ter constado na ordem de trabalhos e sido enviado aos membros, pois tinha sido nessa data que tinha sido começado o envio da documentação. Evidenciou que apenas no dia 27 de abril tinha sido enviada a documentação e que teria gostado de ter acedido à ata do executivo em que o assunto tinha sido apreciado, para perceber o debate dos vereadores. Concluiu, afirmando que não tinha havido motivo nenhum para que o assunto não constasse no edital, pelo que iriam votar contra. -----

Colocado o assunto a votação foram apurados 4 votos contra, dos membros eleitos pelo PSD e pelo CHEGA e 14 votos a favor. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que a alteração à ordem de trabalhos carecia de ser aprovada por unanimidade, pelo que seria agendada uma sessão extraordinária exclusivamente para apreciação deste ponto. -----

De seguida deu conhecimento que lhe tinha entregue uma tomada de posição da Assembleia de Freguesia de Belver, para que fosse dado conhecimento à Assembleia Municipal de Gavião, do teor da mesma. Leu o documento, que abaixo se transcreve: -

“Em face do comunicado da Câmara Municipal de Gavião (dia 13 de abril de 2022) a assembleia de freguesia de Belver reunida no dia 20 de abril de 2022 tomou a seguinte posição: -----

A Feira Medieval é um evento estratégico não só para a freguesia de Belver como para o Município de Gavião sendo o ponto máximo da celebração do único monumento nacional edificado no concelho; -----

Na sequência da aposta turística, que todos reconhecemos ao município de Gavião, muito nos surpreende esta não-realização pelos motivos alegados (incerteza covid e custos financeiros); -----

*Existindo condições sanitárias para a normalização dos eventos culturais e após **dois anos** sem a realização deste certame entendemos que a sua realização seria imprescindível para a economia local assim como para a sociedade civil que pouco-a-pouco retoma a “normalidade”; -----*

Ainda agora, no período Pascal, a vila de Belver teve um movimento de turistas acima da média e que muito orgulha esta assembleia; -----

Desta forma vimos por este meio endereçar o nosso desapontamento e discordância com a decisão do executivo camarário num momento tão particular para a população; A assembleia de freguesia legitimou o executivo da freguesia a procurar soluções alternativas que possam ajudar a reviver o certame e desejamos que o executivo camarário esteja próximo e contribua neste desafio”. -----

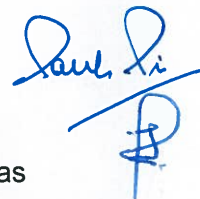
De seguida, o senhor presidente da assembleia apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de fevereiro,

março e abril de 2022. Salientou que as referidas atas espelhavam a dinâmica própria das reuniões do executivo. Destacou a aquisição de terreno para instalação de um loteamento industrial, que constava na ata da reunião realizada em 6 de abril e sublinhou que se tratava de um investimento para o futuro, procurando uma alternativa ao Loteamento Industrial de Gavião. Deixou uma nota de apreço pela decisão. -----

Informou, ainda, que no dia 13 de maio iria participar na reunião da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) que se realizaria em Portalegre. Sublinhou que a ANAM pretendia ouvir os presidentes das assembleias municipais, perceber as dinâmicas e constrangimentos sentidos pelos autarcas. Afirmou que posteriormente daria informação acerca da reunião. Salientou que a ANAM tem vindo a ganhar expansão e manifestou o seu orgulho por pertencer aos órgãos da associação. Frisou que a ANAM presta apoio jurídico, sempre que solicitado e emite pareceres orientadores para assuntos importantes, comuns a todas as assembleias municipais, aconselhando procedimentos a adotar. -----

De seguida, questionou se algum deputado municipal pretendia intervir. -----

O senhor deputado António Estevinha cumprimentou todos os presentes e começou por felicitar a senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, pela eleição para o Conselho Diretivo da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias. Deixou uma palavra de reconhecimento e votos de bom mandato. Afirmou saber de antemão que seria com a dignidade e a qualidade a que já nos habituou em todas as funções desempenhadas. Parabenizou o Clube Gavionense pelo seu 130.º Aniversário. Deixou uma palavra de estímulo à direção, atletas e pais, por representarem e manterem vivo este clube de referência do Alentejo. Felicitou também o C. C. R. D. da Ferraria pela excelente organização do RAID, que é reconhecido pelas gentes que nos visitam, seja a competir ou a acompanhar o mesmo. Informou ainda que tinha estado presente na Assembleia Intermunicipal da CIMAA realizada no dia 14 de abril em que, para além da tomada de conhecimento do andamento dos projetos e atividades, nomeadamente da Barragem do Pisão, tinha sido aprovada uma moção de solidariedade para com as associações humanitárias de bombeiros voluntários e a Federação de Bombeiros de Portalegre, apelando a que o governo e os grupos parlamentares agilizassem legislação no sentido de apoiar o acesso dos bombeiros a “combustíveis verdes”. A moção recomendava ainda ao Ministério da Saúde a cobertura efetiva dos serviços protocolados e prestados pelos corpos de bombeiros, no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes. Felicitou o senhor presidente da câmara e restante executivo pela aquisição de terreno para o Loteamento Industrial. Abordou, ainda, a necessidade de ser criado outro loteamento urbano em Gavião, sendo também essencial o alargamento a outras freguesias do acesso à recuperação de habitação especialmente para famílias jovens. Afirmou que o



executivo estava a trabalhar com visão estratégica, olhando para o futuro e para as necessidades estruturais do concelho. Restava aguardar e perceber o que poderá ser candidatado ao PRR e acelerar o processo de revisão do PDM, que se traduzia, naquela data, na aprovação do REOT. -----

O senhor deputado Fábio Gomes interveio, cumprimentando todos os presentes e afirmando que iria abordar com brevidade a temática dos eventos promovidos pelo Município de Gavião. Considerou lamentável a decisão de só ser realizada a Mostra de Artesanato e Gastronomia de Gavião. Afirmou compreender que havia muitas obras a decorrer e atravessávamos um período delicado a nível europeu. Contudo, nestes últimos três anos, tínhamos sido obrigados a abdicar de momentos de lazer e confraternização, momentos esses que nos fazem muita falta. A nível global, a nossa saúde mental foi muito afetada pela ausência dos mesmos devido ao confinamento pandémico. Considerou que os eventos deviam ocorrer, com menos investimento, mas serem realizados. Salientou que todos estes eventos trazem gente e dinâmica ao nosso concelho, a economia local precisa destes estímulos e as nossas gentes precisam destes momentos. Questionou o que diriam os belverenses, os margengos e os comendenses sobre esta decisão do executivo. -----

De seguida, manifestou o seu desagrado pela receção tardia da documentação. Afirmou ser lamentável que, por exemplo, o documento relativo à prestação de contas, tivesse sido remetido apenas sete dias antes da assembleia. Questionou como se analisam 1000 páginas nesse período de tempo. -----

Lamentou que as atas mais recentes das reuniões de câmara não estivessem disponíveis no site do município. Frisou que apenas estavam disponíveis até à ata n.º 5/2022. -----

Questionou ainda, o ponto de situação da empresa farmacêutica, de cannabis medicinal. Perguntou se tinha havido mais algum contacto com os interessados. -----

A senhora deputada Sílvia Palma, cumprimentou todos os presentes e referiu que, enquanto representante da assembleia na direção da universidade sénior, sendo que, naquela data o regulamento era um dos pontos da ordem de trabalhos, trazia para conhecimento os seguintes dados: tinha sido deliberado pela direção proceder à abertura do ano letivo no dia 1 de março. Para marcar a data tinha sido realizado um Baile e Desfile de Carnaval. A universidade sénior contava com 72 alunos, na sua maioria do sexo feminino. As disciplinas no presente ano letivo eram: Grupo Coral e Instrumental; Ginástica; Inglês; Costura e Bordados; Poesia e Literatura; Artes e Talentos; Informática; Atelier Gráfico; Mundo Atual; Lugares do Mundo; Teatro e Bainhas Abertas. No mês de março tinha sido realizada, ainda, uma viagem a Castelo Branco, ao Museu Tavares Proença Júnior, ao Jardim do Paço Episcopal e ao Teatro "Monólogos da Vacina" de João Baião e ainda uma caminhada da Páscoa (integrada

nas aulas de ginástica). No dia 24 de abril, com a colaboração da biblioteca municipal, tinha sido inaugurada a exposição de vestidos de noiva de antigamente. Aproveitou para convidar os presentes a visitar a exposição. No âmbito das comemorações do 25 de abril, também tinham marcado presença na Feira Rural. Nos próximos meses haveria uma agenda bastante preenchida, o que demonstrava empenho e dedicação dos alunos, professores e câmara municipal em dinamizar a prática de atividades pedagógicas, culturais e físicas, promovendo um envelhecimento ativo e ao mesmo tempo combatendo o isolamento social. Terminou, deixando uma palavra de apreço a todos os professores envolvidos, que de forma voluntária, despendem do seu tempo e contribuem para tão nobre causa. -----

A senhora deputada Martina de Jesus interveio, cumprimentou todos os presentes e referiu que, em relação ao documento remetido acerca da Feira Medieval, havia total sintonia entre o executivo da junta e a assembleia de freguesia. Frisou que o documento tinha sido aprovado por unanimidade, na assembleia de freguesia e refletia o pensamento da esmagadora maioria da população belverense, relativamente ao cancelamento da Feira Medieval. Afirmou que estavam disponíveis, na medida do possível, para contribuir para que a Feira Medieval não acabe. -----

Terminadas as intervenções dos membros, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões colocadas. -----

O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes, destacando a presença da atual e da anterior presidente da CPCJ de Gavião. Começou por sublinhar que a remessa dos documentos tinha cumprido os prazos legais. Salientou que os membros da assembleia municipal que não tinham autorizado a alteração da ordem de trabalhos proposta deviam ter a consciência que iriam obrigar o município a mais despesas e a estar em ilegalidade até que o assunto fosse apreciado. Afirmou ter-se tratado de um ato deselegante, desonesto e que procurava denegrir a imagem do Gavião, das pessoas que dirigem a assembleia e a câmara municipal. Leu o parecer do consultor jurídico que fundamentou a necessidade de reapreciar o assunto dos pagamentos à Santa Casa da Misericórdia, face à ilegalidade em que se encontravam os órgãos municipais. Quem tinha votado contra ficava responsável pela ilegalidade que os dois órgãos estavam a cometer. Assegurou que não seria efetuado qualquer pagamento até que a situação estivesse regularizada. -----

De seguida, abordou o assunto da Feira Medieval de Belver, frisando que daria resposta às questões dos membros Martina de Jesus e Fábio Gomes. Afirmou perceber o desapontamento dos presidentes de junta. Assegurou que para o executivo não tinha sido fácil tomar certas decisões. Mas tinha sido necessário tomar a decisão que entenderam melhor para o município. Referiu que o assunto não tinha sido votado em reunião do executivo, mas tinha sido consensual que este ano deveria ser

realizada apenas uma festa. Recordou que o senhor vereador Rui Vieira tinha dito que algumas festas deveriam ser repensadas e canalizar os investimentos para outras coisas. Frisou que tinha havido uma reunião com os presidentes de junta onde tinha sido explicado que seria realizada em todas as freguesias uma atividade, de menor dimensão e de apenas um dia. Informou que, por exemplo na Mostra Gastronómica do Feijão Frade havia um artista contratado há 3 anos, que não chegou a atuar e que se mantinha disponível para fazer a atuação. Afirmou perceber que as juntas de freguesia estivessem desiludidas e quisessem defender a sua freguesia e os eventos habitualmente realizados. Salientou que os custos tinham tido um aumento de cerca de 50% e a montagem de estruturas, que também é dispendiosa, seria sempre igual para um ou dois dias de evento. A animação poderia ter mais ou menos qualidade. Frisou que os eventos não tinham sido cancelados, porque nunca tinham sido marcados. Recordou que há alguns anos atrás a Feira Medieval de Belver e a Mostra de Artesanato e Gastronomia eram realizadas alternadamente. Disse que entendia que estas atividades movimentavam o comércio tradicional, a indústria e o turismo, que é a matriz de investimento do executivo. Afirmou estar disponível para, no devido tempo, reunir com os presidentes de junta para perceber qual seria a atividade de um dia que poderia ser realizada. Na sua opinião poderiam ser agendadas nas datas em que ocorriam habitualmente os eventos. Evidenciou que não era apenas uma questão de equilíbrio financeiro, era sobretudo a possibilidade de investir em outras coisas fundamentais. -----

Acerca das atas do executivo informou que são habitualmente publicadas com brevidade, mas sempre que não estivessem os membros poderiam solicitar a remessa ao gabinete de apoio à presidência. -----

Em relação à questão do deputado Fábio Gomes, acerca da cannabis medicinal, assegurou que gostava muito de resolver essa situação. Frisou que o Gabinete de Apoio às Empresas todas as semanas contactava a representante do promotor que informava que ainda não estavam em condições de investir. Frisou que em primeiro lugar, o promotor tinha que manifestar interesse na aquisição dos lotes, o que ainda não tinha acontecido. Afirmou que, sem esse passo, se recusava a falar em investimento de cannabis medicinal. Confirmou que nunca ninguém tinha manifestado interesse, por escrito. Assegurou que tudo o que a câmara municipal podia fazer, foi feito. Já se tinha comprometido a vender os lotes disponíveis e também promover o contacto com o proprietário do único lote que já foi vendido, para que chegassem a acordo para comprarem também esse lote. Também tinha assegurado que o restante terreno seria vendido a 0,01€/m². Até se tinha disponibilizado a apoiar os investidores junto das entidades oficiais para efeitos de candidatura. -----

Registou ainda que, pela primeira vez, uma representante da assembleia municipal tinha feito o relatório das atividades desenvolvidas. Agradeceu à deputada Sílvia Palma pela informação prestada acerca das atividades da universidade sénior. Afirmou que vinha acompanhando, diariamente, as atividades da universidade sénior. O quanto tinham contribuído para reduzir o isolamento dos seniores do concelho. Salientou que a logística inerente aos transportes da universidade sénior, acrescido aos transportes escolares requeriam uma articulação muito difícil de assegurar. Destacou o trabalho desenvolvido pelo funcionário responsável, Paulo Calado. -----

Em resposta ao deputado António Estevinha, reconheceu a necessidade de loteamentos urbanos em todas as freguesias do concelho. Referiu que uma das prioridades do governo é assegurar habitação digna para todas as famílias. Recordou que tinha anteriormente referido que a “Estratégia Local de Habitação” viria à presente reunião para aprovação. Mas o processo sofreu atrasos, porque a empresa tinha passado por dificuldades que atrasaram o processo. Afirmou esperar que fosse possível apreciar o documento na próxima sessão. Sublinhou que se tratava de um documento fundamental para instruir as candidaturas ao PRR. Informou que a 1.ª fase de candidaturas terminaria no final de maio e, dificilmente, conseguiríamos submeter candidatura. Tinha naquela data iniciado contactos com o secretário de estado Carlos Miguel, para o alertar para algumas dificuldades sentidas pelo Município de Gavião, de forma a que os prazos fossem dilatados. Tinha, também, sabido naquela data que as áreas de acolhimento empresarial tinham saído do PRR, havendo esperança de reaparecerem no “Portugal 2030”. Informou que no concelho estavam identificados dois locais para instalar áreas de acolhimento empresarial. Um seria próximo da A23, em Domingos da Vinha e o outro seria na EN118, próximo de Atalaia. -----

O senhor deputado Fábio Gomes interveio mais uma vez, para evidenciar que quem tinha convocado a sessão extraordinária da assembleia municipal não eram os membros que tinham votado contra a alteração da ordem de trabalhos, mas tinha sido o senhor presidente do órgão. Sublinhou que os membros eleitos pelo PSD não tinham cometido qualquer ilegalidade, porque tinham votado contra as respetivas deliberações na sessão anterior da assembleia municipal. Tinham inclusive apresentado declaração de voto. Assim, estavam de consciência tranquila. -----

A senhora deputada Martina de Jesus interveio também para agradecer as palavras do senhor deputado António Estevinha, bem como as palavras que o senhor vice-presidente da câmara lhe tinha dedicado na reunião do executivo. -----

PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior; -----

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais:

António José Estevinha, Paulo José E. V. de Matos e Abílio Flores Mendes, por não terem estado presentes na sessão. -----

PONTO DOIS = informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 28 de abril de 2022, que apresentava um saldo de 1.071.141,76€ (Operações Orçamentais – 829.903,58€ e Operações de Tesouraria – 241.238,18€). -- Informou que os valores apresentados já refletiam o pagamento dos vencimentos de abril. Estava em falta o pagamento de alguns valores das candidaturas. Mas naquela data tinham sido pagos cerca de 200 mil euros, estando em falta cerca de 150 mil euros. A situação financeira mantinha-se estável e controlada, permitindo encarar o futuro com tranquilidade. -----

O senhor deputado Fernando Faca interveio, cumprimentando todos os presentes. Deu os parabéns ao executivo municipal pela colocação de placas nos jardins, sobre a presença de animais sem trela. Frisou que alguns cidadãos alimentam animais na via pública, o que é proibido. As ruas ficam sujas e alguns animais têm danificado viaturas. Sugeriu que fosse publicado edital acerca do assunto. -----

O senhor deputado Paulo Matos frisou que, por diversas vezes no atual mandato tinha solicitado o relatório que tinha sido lido, mas o mesmo não lhe tinha sido enviado. Gostaria que tal acontecesse, porque é um direito nos termos do estatuto de oposição. Afirmou acreditar que o balancete seria difícil enviar previamente, mas o relatório não. E uma vez que não chegou antes, gostaria que chegasse depois, uma vez que não ficava plasmado na ata, nem em lado nenhum. No mandato anterior não tinha insistido no assunto, mas no atual já tinham sido dirigidos vários pedidos ao senhor presidente da assembleia e não receberam o documento. -----

Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Fernando Faca, o senhor presidente da câmara afirmou comungar dessa preocupação, mas reconheceu que para os defensores dos animais não é fácil deixar de os alimentar. Frisou que compete às autoridades punir os infratores. Informou que há intenção de construir um canil/gatil no concelho. Informou que, atualmente, os animais são encaminhados para o canil/gatil de Proença-a-Nova (CIRAE), mas os custos com a participação no CIRAE são avultados, sendo acrescidos do valor referente ao transporte dos animais. Reconheceu que nesta fase, com o PDM em revisão não será fácil concretizar esse objetivo, mas gostava de localizar a estrutura no espaço do Vale Salgueiro, que é propriedade do município. Informou que os municípios de Avis e Sousel tinham

inaugurado recentemente estruturas com características adequadas também ao nosso concelho. Dirigiu-se aos senhores presidentes de junta para dizer que, se entendessem necessário colocar placas informativas semelhantes às da sede de concelho nos espaços verdes das freguesias poderiam solicitar o fornecimento das mesmas ao município. Quanto ao fornecimento do relatório de atividades aos membros, frisou que a lei determina que o mesmo seja entregue ao presidente da assembleia. O relatório é elaborado por todos os serviços o que por vezes dificulta o prazo de entrega. -----

O senhor presidente da assembleia afirmou que na sessão anterior a senhora deputada Isabel Casa Branca tinha pedido o relatório e o mesmo tinha-lhe sido enviado. Mas na presente sessão não tinha havido tempo para o fazer. Salientou que o relatório tem o contributo de muitas pessoas e por vezes surgem ideias de última hora, havendo necessidade de fazer alterações. Assegurou que, no futuro, tentará fazer o envio do documento para todos os membros. -----

A senhora primeira secretária informou que os relatórios são sempre publicados no site do município, na área da assembleia municipal, ficando disponíveis para consulta de qualquer cidadão. -----

PONTO TRÊS = Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião; -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a presença das representantes da CPCJ de Gavião e passou a palavra à presidente da comissão. -----

A senhora presidente da CPCJ, Dr.^a Eva Churro, cumprimentou todos os presentes e fez uma breve contextualização do mês de abril “Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância”. Passou a palavra à senhora secretária da CPCJ, Prof.^a Paula Pessoa, anterior presidente, que cumprimentou todos os presentes e começou por salientar que a legislação determina o envio do relatório anual à assembleia municipal para conhecimento. Sublinhou que, desde há vários anos se mantém a tradição de apresentar o documento na sessão. Agradeceu o voto de louvor que lhe tinha sido dirigido e tinha sido aprovado por unanimidade, pela assembleia municipal. Afirmou ser gratificante o reconhecimento da verdadeira casa da democracia no concelho. Mas salientou que o desempenho na CPCJ não é fruto de uma pessoa só, mas de toda uma equipa. E também do envolvimento de toda a comunidade. -----

Relativamente ao relatório anual da CPCJ, informou que em 2021 havia um total de 25 processos em instrução, dos quais 13 transitaram de 2020. Relativamente à tipologia das problemáticas identificadas, a maior parte dos casos foi de violência doméstica. As sinalizações foram efetuadas maioritariamente pelas forças de segurança, mas também pela escola, pais/familiares e pessoas anónimas. As crianças e jovens eram maioritariamente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia. Na distribuição por

sexo foram acompanhadas 16 crianças/jovens do sexo feminino e 9 do sexo masculino. A faixa etária predominante foi entre os 11 e os 17 anos. Relativamente às medidas aplicadas 20 foram de apoio junto dos pais, 1 apoio junto de outros familiares e em 4 processos não foi aplicada qualquer medida. -----

Por fim apresentou uma síntese das atividades desenvolvidas pela comissão, destacando o Mês da Prevenção dos Maus Tratos – Abril, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e o Dia Internacional para a Igualdade. Salientou ainda que não tinha sido necessário efetuar qualquer procedimento de urgência e o facto de todas as crianças acompanhadas terem nacionalidade portuguesa. Apresentou ainda algumas oportunidades de melhoria, destacando o inconveniente da constante mobilidade do representante do ministério público. -----

O senhor deputado Paulo Matos deu os parabéns pelo trabalho desenvolvido pela CPCJ ao longo dos anos. Referiu o gráfico da distribuição por sexo e questionou o motivo para o crescimento do número de casos nas raparigas. -----

A senhora secretária da CPCJ frisou que se têm acentuado os problemas com jovens. A pandemia agravou a situação. Reconheceu a tendência referida pelo senhor deputado Paulo Matos mas frisou que a questão do número de casos em função do sexo não tem explicação. -----

O senhor presidente da assembleia afirmou que, na sua opinião, o nosso concelho estava afastado de algumas problemáticas. Mas infelizmente temo-nos aproximado. Estes territórios têm sido procurados por alguns agregados familiares com problemas de estruturação. -----

PONTO QUATRO = apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – 2021, nos termos da alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da câmara para apresentação dos documentos de prestação de contas. -----

O senhor presidente da câmara começou por salientar que os documentos tinham sido enviados atempadamente. Referiu que os mesmos refletiam as atividades desenvolvidas em 2021. Frisou que, naquela data, os membros da assembleia tinham tido a oportunidade de observar “*in loco*”, alguns investimentos que decorriam. Salientou que as visitas tinham decorrido apenas em Gavião, por dificuldades de agenda relacionadas com a reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel, ocorrida naquela data. Deu nota que as obras visitadas envolvem um investimento na ordem dos 7 milhões de euros. Referiu também que o projeto de ampliação da Escola Básica de Gavião, que criará 4 novas salas terá 750 mil euros de investimento. Houve 3

candidaturas para execução da obra, mas uma delas tinha sido excluída liminarmente. Tinha havido uma reclamação, que foi submetida a parecer jurídico e não foi dada razão ao reclamante, porque faltavam alguns preços. -----

Informou que o relatório dos Revisores Oficiais de Contas apenas tinha sido recebido no dia anterior à sessão. Frisou que o referido relatório evidenciava uma reserva relativamente às reconciliações bancárias, porque havia valores creditados que não era possível identificar. O mesmo relatório dava ainda ênfase ao facto de o Município de Gavião ter celebrado em novembro de 2020, com as Águas do Alto Alentejo EIM, S.A. um contrato de gestão delegada com uma duração mínima de 20 anos para prestação de serviços. Tinha sido estabelecido um período de transição inicial até 31 de dezembro de 2021, durante o qual o município mantinha a responsabilidade pela prossecução das atividades delegadas, tendo o mesmo sido prorrogado até 30 de junho de 2022. Assim naquela data, o município mantinha a prossecução das atividades delegadas, mas ainda não dispunha de informação que permitisse divulgar a integralidade e o valor dos bens a transferir para a empresa, bem como o respetivo valor da participação. Saliu que tinha sido feita uma atualização do património, quase na totalidade. A transição para o SNC-AP refletia um resultado líquido negativo. Frisou que será assim por alguns anos. O resultado também era agravado pelo facto de as amortizações, que eram feitas a 10 anos terem passado para 5 anos. O valor do FEF também já não é refletido como antes. Apresentou uma caracterização dos recursos humanos, destacando que não há dirigentes superiores, existem apenas 2 chefes de divisão. O município dispõe de 100 assistentes operacionais, que ganham pouco acima do ordenado mínimo nacional. Manifestou a sua preocupação e afirmou que gostava de corrigir essa situação, mas muitos desses trabalhadores não possuem habilitações literárias que lhes permitam ascender a outra categoria. O maior número de trabalhadores é do sexo masculino (85 homens e 62 mulheres). Manifestou também a sua preocupação por a maioria dos trabalhadores ter entre 45 e 64 anos de idade. Referiu que os trabalhadores afetos à DOSU pedem a aposentação, logo que reúnem as condições para o efeito. -----

Saliu que 2021 tinha sido um ano muito difícil, porque o COVID tinha marcado todas as atividades desenvolvidas. Expressou a sua satisfação com a capacidade de realização. Destacou que se mantiveram os apoios às IPSS, muito fustigadas com a pandemia. O município prestou todo o apoio possível. Tinha sido adjudicada às farmácias a aquisição de cerca de 6 mil testes rápidos. Manifestou o seu agradecimento às enfermeiras que estiveram sempre disponíveis para realizarem a testagem. Destacou também que a campanha de vacinação tinha sido apresentada como um modelo de bom funcionamento. Para além das enfermeiras tinha havido sempre um médico e os utentes tiveram acompanhamento de outros técnicos.

Naquela data, o concelho tinha 95% da população vacinada. E só não estava vacinado quem não queria ou tinha algum motivo específico para não ser. -----

Destacou a evolução das receitas correntes de 2020 para 2021. Nas receitas de capital tinha havido constrangimentos naturais, por força do FEF. As receitas tinham baixado, fruto de diversas isenções e benefícios concedidos aos munícipes. Evidenciou que as despesas com pessoal tinham sido as que tinham tido maior peso. - Referiu ainda que no período em que o governo esteve em gestão tinha deixado de efetuar pagamentos dos fundos comunitários e apenas em janeiro tinha retomado a normalidade. -----

Destacou que o mapa do Balanço, o total do ativo se cifrou em 35.325.586,47€, o total do património líquido em 26.263.882,36€ e o total do passivo em 9.061.704,11€. No mapa da Demonstração de Resultados por Naturezas, o total de rendimentos ascendeu a 6.825.166,28€ e o total de gastos a 7.460.111,85€, resultando num resultado líquido do exercício de -634.945,57€. No mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa, o total de pagamentos foi de 9.365.060,74€ e o total de recebimentos de 8.562.024,43€. No mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental, o total de pagamentos foi de 9.365.060,74€ e o total de recebimentos de 8.562.024,43€. Os saldos iniciais eram de 1.207.491,29€, sendo 1.042.756,54€ de operações orçamentais e 164.734,75€ de operações de tesouraria, enquanto que os saldos finais foram de 404.454,98€, sendo 169.008,21€ de operações orçamentais e 235.446,77€ de operações de tesouraria. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a apresentação dos documentos e devolveu a palavra aos membros. -----

O senhor deputado António Estevinha interveio para afirmar que o relatório dos Revisores Oficiais de Contas era muito claro. Recomendava a aprovação do relatório de gestão e prestação de contas. Os documentos eram o retrato fiel do que foram os últimos mandatos. Decorreram e ainda decorriam obras em número substancial e essa dinâmica refletia-se nos dados financeiros. Os rácios analisados permitiam concluir que se mantinha uma situação saudável, estando ainda à espera de um elevado montante de participações financeiras que não tinham entrado nos cofres do município. Estávamos e iríamos continuar a viver um período difícil, fruto do COVID e da guerra, que estavam a levar a inflação para níveis preocupantes. O aumento dos custos da energia, matérias primas e custos de produção trariam momentos difíceis para todas as autarquias, empresas e famílias. Provavelmente também os juros iriam subir e passaríamos por momentos ainda mais conturbados. Teríamos cada vez mais que fazer opções e apostar em investimentos que criassem valor e emprego. Afirmou estar certo que seria esse o caminho e o executivo poderia sempre contar com o Partido Socialista para os novos desafios. Deixou, ainda, uma palavra de estímulo e

agradecimento ao executivo para que continuasse na senda de proporcionar uma vida melhor a todos os gavionenses. -----

A senhora presidente da junta de freguesia de Belver, Martina de Jesus, referiu que após a leitura e análise de documento, tinha constatado que na freguesia de Belver tinha havido muito pouco investimento. Afirmou esperar que 2022 a situação se alterasse e o investimento na freguesia aumentasse. -----

O senhor deputado Paulo Matos começou por abordar novamente o tema do relatório de atividades para referir que a legislação obriga a entrega do documento com uma antecedência mínima de 5 dias. -----

O senhor presidente da câmara salientou que o presidente da assembleia municipal não está obrigado a remeter o documento aos membros do órgão. -----

Acerca dos documentos de prestação de contas, o senhor deputado Paulo Matos começou por dizer que não queria discutir questões técnicas, não havia qualquer motivo para não acreditar no que os serviços tinham feito. A sua intervenção era política e pediu para que fosse o senhor presidente da câmara a responder, pois era ele o principal responsável pelo documento. Reforçou que desconhecia a ata da câmara municipal. Gostava muito de saber o que os vereadores tinham dito. Questionou se havia memória, nos últimos 20 anos, de dois saldos negativos consecutivos e com valores de semelhante dimensão, bem acima de 600 mil euros. Questionou quando voltaríamos a ter um saldo próximo de 0. Em relação aos quadros apresentados, afirmou que não era claro quais os recursos que estavam disponíveis por consequência da delegação de competências. Nas grandes opções do plano, constavam frases que sabiam que não eram verdade. Deu como exemplos “mantivemos em perfeito estado todos os percursos pedestres”. Afirmou que gostaria que fosse verdade, mas não era. Sabia que seria difícil que tal acontecesse, mas, então, não devia constar essa referência nos documentos. Frisou que sendo uma prestação de contas devia conter os acontecimentos passados. Citou a referência “aumentámos a cobertura de internet gratuita e outros lugares se seguirão”. Afirmou que aquele documento não era uma proposta eleitoral para o futuro. Referiu também a frase “mantemos um bom ritmo nas obras da futura Incubadora de Empresas Não Tecnológicas, que se prevê inaugurar em breve” e afirmou que não conseguia retirar dali qualquer sumo. Afirmou que tinha descoberto com a prestação de contas, porque não veio à assembleia e se calhar devia vir, a existência de uma fábrica de biocombustível. Disse que sabia que havia algo na zona industrial, mas a assembleia enquanto órgão fiscalizador nunca teve conhecimento de qualquer plano de impacto ambiental de uma fábrica de biocombustíveis, com efluentes. Poderia não ser obrigatório, mas sendo um município pequeno deveria ter sido dado conhecimento. Citou ainda algumas frases relativas às ações de combate à COVID e ao processo de

vacinação, que considerou que não tinham qualquer “sumo”. Acerca do investimento municipal pago, ferramentas e utensílios, alertou para um quadro que indicava que o investimento tinha sido nulo. Questionou se não se gastava um prego, uma broca ou fita cola na autarquia. Salientou que na prestação de contas de 2020 o município estava credor de 220 mil euros e desta vez o FEDER tinha deixado em dívida um valor de 2 milhões de euros, apesar de o senhor presidente ter dito que a situação já estava regularizada. Frisou que se aquele era o resultado de apenas 3 meses de governo em gestão, era um valor muito alto. Considerou que a ser verdade, a câmara municipal deveria ter tomado uma atitude para com o governo. O governo não podia dizer que tinha contas certas e dever ao Município de Gavião 2 milhões de euros. Evidenciou que na estrutura orçamental (pág. 29) estava escrito que havia um défice orçamental de – 872.000 euros. Afirmou que se tratava de um valor muito alto. E o município tinha de perceber como é que contrariava isso. E a apresentação do senhor presidente não tinha indicado qualquer solução. Referiu que nas grandes opções do plano havia uma execução de 72%, em vez de termos colocado o investimento previsto de 6,5 milhões, só tínhamos colocado um investimento de 4,8 milhões. Contudo há um ano atrás o senhor presidente tinha ido para a comunicação social dizer que Gavião tinha um orçamento de 12 milhões. E o tivesse executado teríamos um resultado negativo ainda pior. Afirmou que tínhamos que ser sérios. Há dois anos atrás tinham feito uma análise chegando a afirmar que talvez o COVID tivesse sido positivo, porque tínhamos abrandado o investimento na cultura e com esse dinheiro foi possível fazer a alavancagem financeira dos investimentos todos ao mesmo tempo. Mas na verdade, esse dinheiro infelizmente não foi gasto em algumas festas que dariam incentivo ao pequeno comércio local, em 2021 resultou num resultado líquido negativo de 659 mil euros e este ano num resultado líquido de 634 mil. Tendo sido dito que a culpa era da alteração do plano contabilístico, recordou que essa alteração já estava prevista e devíamos ter-nos precavido. Nos indicadores de rácio de contabilidade orçamental, não constavam explicações, ao contrário do que tinha acontecido em anos anteriores. As explicações dadas não tinham qualquer fundamento financeiro. Referiu ainda que havia um gráfico muito curioso, pois as colunas dos anos a seguir estavam antes o que dava a ideia que a liquidez tinha aumentado e não era verdade. Afirmou ainda ter verificado que a existência de um software panda de 2011, que é um antivírus. Frisou que um antivírus com 6 meses está desatualizado, logo com 12 anos não existe sequer. Tal como um Pentium 3 que tinha sido valorizado em 1.100€. Afirmou que esse equipamento nem valia 5€. Essa valorização estava a empolar o inventário. Concordou com o senhor presidente quando disse que o inventário ainda estava em atualização. Por fim, disse que a demonstração de dados tem de ser verdadeira. Na sua opinião os documentos apresentados tinham uma componente política que

desfigurava a realidade e o que realmente importava era a informação financeira. Pois é essa que permitirá fazer os investimentos. -----

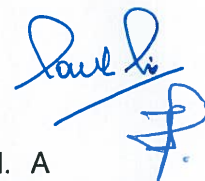
A senhora deputada Silvia Palma interveio para referir que o senhor deputado Paulo Matos devia moderar as suas palavras, porque tinha passado atestados de ignorância e incompetência. Frisou que ali ninguém era mais esperto do que ninguém. -----

O senhor deputado Paulo Matos pediu para usar da palavra, em defesa da honra. ----
O senhor presidente da assembleia não permitiu a intervenção, por considerar que não havia motivo para tal. Saliu que a assembleia municipal é um órgão plural. Cada membro tem de assumir as palavras que profere. Desde que não se excedam os limites do razoável, nunca cortará a palavra a ninguém. Pediu que fosse utilizada a inteligência emocional e não jogos de palavras. Frisou que a pluralidade do órgão tem de ser sempre respeitada. Todos os membros foram legitimamente eleitos e representam a comunidade, por isso todos têm direito a falar. -----

O senhor presidente da câmara começou por agradecer as palavras do senhor deputado António Estevinha. Em resposta à senhora deputada Martina de Jesus, afirmou que a Câmara Municipal de Gavião estará sempre disponível para colaborar e realizar os investimentos necessários em cada localidade. Relativamente à intervenção do senhor deputado Paulo Matos, começou por afirmar que não admitia que o deputado lhe dissesse quem é que iria responder às questões. Frisou que, enquanto presidente da câmara, era ele que decidia quem respondia. Afirmou, também, que não lhe admitia que lhe chamasse mentiroso, pois tudo o que estava no documento era verdade. Devia ter cuidado com o que dizia. Disse que o deputado não sabe nada do que se passa no Gavião. Saliu ainda que o deputado tinha dito que não sabia nada do que se tinha passado na reunião do executivo, mas colocou exatamente as mesmas questões colocadas pelo senhor vereador Vitor Filipe. E o senhor vereador podia tê-lo informado sobre o que se tinha passado. A ata do executivo não tinha sido enviada, porque só seria aprovada na próxima reunião do órgão. Em resposta à pergunta sobre quando atingiríamos um saldo próximo de 0, afirmou que isso aconteceria quando fosse possível. E isso não era uma preocupação. Sublinhou que, no seu relatório, escrevia aquilo que bem entendesse. Frisou que os percursos pedestres tinham sido limpos sempre que necessário. Relativamente à fábrica de biocombustíveis, assegurou que não teria que haver qualquer estudo de impacto ambiental. E também não tem que ter sido dado conhecimento à assembleia de todos os investimentos privados. Evidenciou que os documentos em apreço cumprem a legislação em vigor, tal como confirma o relatório do ROC. Informou ainda que existem apoios ao comércio local e já tinham sido apoiadas 40 empresas do concelho. Reafirmou que o senhor deputado não sabe o que se passa no concelho. Referiu que a inauguração da Incubadora de Empresas de Gavião e projetos como a

ampliação da escola, a piscina coberta ou a antiga “casa do João Ascensão” devem doer porque são fruto do sucesso do atual executivo. E o sucesso acontece, porque o executivo vai à luta, vai aos sítios de onde vem o dinheiro para as candidaturas. E o município podia ter um saldo mais alto, mas tem investimento. Relativamente ao resultado líquido negativo, desafiou-o a ver os relatórios de contas dos municípios da região, para constatar que têm resultados muito semelhantes. Quanto às transferências de competências, frisou que o senhor deputado devia ler as atas. Esclareceu que as transferências de competências que não eram aceites, tinham que vir à assembleia municipal. Saliu que os vereadores da oposição se tinham absterido na votação da prestação de contas e tinham fundamentado essa decisão com o facto apenas terem acompanhado 2 meses de atividade reportada nos documentos. Elogiou a Divisão Financeira e todos os colaboradores que contribuíram para a preparação dos documentos, pela extensão e complexidade dos mesmos. Pediu à senhora chefe de divisão para explicar o resultado líquido negativo e o défice orçamental. -----

A senhora chefe da divisão financeira cumprimentou todos os presentes e começou por clarificar como se calcula, à luz do SNC-AP, o resultado líquido. Saliu que resultado líquido do exercício é a diferença entre os proveitos (classe 7 da demonstração de resultados) e os custos (classe 6 da demonstração de resultados). Na prática, a diferença entre os rendimentos e os gastos, ou entre os proveitos e os custos vai dar o resultado líquido. Com o SNC-AP o FEF (capital) e todas as transferências de capital provenientes do orçamento do estado ou de fundos comunitários deixaram de ser contabilizados numa classe 7, como eram no POC ou no POCAL e passaram a ser contabilizados numa classe 5 (59), que é uma conta de balanço. Ou seja, o FEF deixou de concorrer para os rendimentos. Se fizéssemos as contas ao FEF de capital e à receita prevista no n.º 3 do artigo 35, teríamos o montante de 911.299,00€, que subtraído ao resultado líquido de 634.945,57€, teríamos em POCAL um resultado líquido positivo de 276.353,43€. Sugeriu que se deixasse de comparar, porque não era comparável. Antes o FEF concorria para a demonstração de resultados (diferença entre rendimentos e gastos) e agora entra no balanço, no ativo líquido. Saliu que tinha expressado a sua opinião de técnica. Na sua opinião nenhum município da região, ou do país, tem resultados líquidos positivos; pelo peso das amortizações. Frisou a diferença entre amortizar a 10 ou a 5 anos. Afirmou acreditar que apenas receitas extraordinárias poderiam propiciar resultados líquidos positivos. Pediu desculpa pelo atrevimento, aos presidentes da assembleia e da câmara, mas afirmou que o município não deve visar o lucro, mas deve visar a utilidade social. E não podemos querer atribuir subsídios e isenções de receita e, ao mesmo tempo, o resultado líquido positivo. Em relação ao défice orçamental,



esclareceu que é calculado conforme constava na página da análise global. A diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, dava origem à poupança corrente. Em 2021 tinha havido mais investimento, mais despesa de capital do que receita de capital. No ano em apreço tinha havido um total de despesa de 9.327.070,00€ e um total de receitas de 8.453.322,60€. Efetivamente a relação entre a receita total e a despesa total originou um défice orçamental de 873.748,33€. Mas tínhamos transitado com um saldo de 1.042.000€. Se abatêssemos o valor do défice orçamental, verificávamos que a poupança do ano transato superou a despesa deste ano em 169.008,21€. Por isso não havia défice orçamental, mas sim “superavit”. Salientou que o gráfico referido pelo senhor deputado como enganador, não tinha tido qualquer intenção de enganar. O erro tinha sido fruto do cansaço sentido por quem tinha elaborado o gráfico. Assumiu a responsabilidade dos erros. -----

O senhor presidente da câmara agradeceu os esclarecimentos prestados. Referiu ainda que o senhor deputado Paulo Matos não podia ficar tão sensível, quando tinha dito antes que ele tinha dito na comunicação social que o orçamento era de 12 milhões de euros e tinha usado a expressão “o senhor tem que ser sério”. Quando se utiliza essa expressão, está a dizer que não tinha sido honesto. Mas o orçamento era de 12 milhões de euros. Em relação à rubrica de ferramentas e utensílios a 0, se trabalha com documentos financeiros devia saber que o orçamento podia ter 10 rubricas de ferramentas e utensílios. Poderia tratar-se de um serviço que tinha comprado ferramentas e utensílios através de outra rubrica, por isso essa rubrica não teve execução. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio ainda para registar que o senhor presidente da câmara tinha usado a expressão “é preciso o mínimo de dignidade” em relação à sua pessoa. Tinha usado também a expressão “o senhor não representa nada”. Em relação à explicação da senhora chefe da divisão financeira, afirmou concordar com ela, mas frisou que o POCAL já tinha desaparecido e tínhamos que nos habituar às regras atuais e convidou-a, numa futura assembleia a trazer os resultados líquidos de todo o país, para conferir se a sua perspetiva iria bater certo. -----

O senhor presidente da câmara manifestou o seu desagrado, salientando que o senhor deputado não mandava nos funcionários municipais. Frisou que se tivesse intenção de pedir algo aos funcionários, deveria formular o pedido ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor deputado expressou-se batendo palmas, face à intervenção do senhor presidente da câmara, que expressou o seu desagrado pela atitude. -----

O senhor presidente da assembleia sublinhou que se o senhor deputado pretendesse que a senhora chefe de divisão apresentasse a informação referida, deveria formular um pedido dirigido ao senhor presidente da câmara. -----

Terminada a discussão, colocou os documentos a votação tendo sido deliberado: -----

- Apreciar favoravelmente o **inventário** de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Aprovado por unanimidade. -----

- Aprovar os documentos de **prestação de contas** do ano 2021, elaborados em SNC-AP. Aprovado por maioria, com as abstenções dos deputados municipais: Paulo Matos, Isabel Casa Branca Martins, Fábio Gomes, Fernando Faca, Alberto Paisana Faria, Paulo Serra Santos, Abílio Mendes. -----

- Aprovar a **aplicação do resultado líquido negativo** no montante de -634.945,57€ para a rúbrica de resultados transitados. Aprovado por unanimidade. -----

PONTO CINCO = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

- **Aquisição de diverso material tipográfico**, a contratar através de consulta prévia, consultando 3 entidades. Despesa prevista para 2022 – 30.808,27€ (IVA incluído); 2023 – 42.151,63€. Aprovado por unanimidade. -----

A senhora deputada Isabel Casa Branca Martins questionou que entidades seriam consultadas. -----

O senhor presidente informou que seriam consultadas as duas empresas do concelho e uma de Torres Novas. -----

O senhor deputado Paulo Matos pediu para que, no quadro-resumo remetido aos membros, fosse incluída a informação do número de processo. -----

- **Aquisição de combustíveis, gasóleo e gasolina**, em regime contínuo para o período de 12 meses, ajuste direto no âmbito do Acordo Quadro da CIMAA, consultando a entidade “Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.”. Despesa prevista para 2022 – 134.469,50€ (IVA incluído); 2023 - 134.469,50€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fernando Faca questionou como era feita a contratação da aquisição de combustíveis. Informou que tinha tido conhecimento que um empresário do concelho tinha negociado com uma poupança de 250€/mês. Frisou que o posto de combustível de Gavião é dos mais caros do país. -----

O senhor presidente esclareceu que a CIMAA lançaria o concurso para 14 municípios e ganharia a proposta mais vantajosa. Dificilmente se conseguiriam preços mais baixos adquirindo individualmente. Salientou que o Município de Avis não integrava o procedimento porque tinha um depósito próprio e pagava 2 cêntimos mais barato do que os restantes municípios através da CIMAA. Afirmou que, no futuro, a instalação de um depósito poderia ser viável. Informou ainda que a União das Freguesias de Gavião e Atalaia iria integrar a Central de Compras da CIMAA. -----



- **Aquisição de serviços de manutenção periódica e preventiva de elevadores**, a contratar por Ajuste Direto à entidade “TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda”. Despesa prevista para 2022 – 1.353,00€ (IVA incluído); 2023 – 3.247,20€ (IVA incluído); 2024 - 3.247,20€ (IVA incluído); 2025 – 1.894,20€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Abílio Mendes questionou o motivo para valores diferentes em dois anos. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que tinha a ver com os meses para os quais se contratava o serviço. Por exemplo para 2022 seriam apenas 6 meses. -----

PONTO SEIS = apreciação e eventual aprovação do Regulamento Municipal da Universidade Sénior de Gavião; -----

Depois de lido e apreciado o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos agradeceu a informação prestada pela senhora deputada Sílvia Palma. Questionou o motivo para deixar de ser a ACAJUG a entidade que enquadrava a Universidade Sénior de Gavião e se essa alteração iria onerar o município. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que apesar de ser a ACAJUG a entidade responsável pela universidade sénior, sempre tinha sido o município a assumir os custos, mediante transferência financeira para a associação. Também a coordenação tinha sido sempre da responsabilidade de uma técnica municipal. Salientou que a direção da ACAJUG tinha manifestado interesse em fazer esta alteração. Afirmou que não haveria qualquer aumento de custos para o município. -----

PONTO SETE = proposta de prescrição de recebimentos em atraso, desde 31/12/2004 até 31/12/2020; -----

Tendo sido questionado se algum membro pretendia intervir, o senhor deputado Paulo Matos começou por afirmar que não percebia este pedido de perdão de dívidas. Tratavam-se de valores muito altos. Os deputados do PSD tinham pedido os comprovativos de pedidos de cobrança, remetidos às entidades e não lhes tinham sido enviados. Salientou que o atual executivo liderava a câmara municipal há 9 anos e não percebia porque havia tantos devedores nos mandatos deste executivo. Afirmou não lhe parecer que deixar prescrever dívidas fosse um ato de gestão correta. Afirmou ponderar recorrer judicialmente se a proposta fosse aprovada pela assembleia municipal. -----

O senhor presidente da câmara salientou que algumas entidades não reconhecem as dívidas. Um dos exemplos dessa situação eram os pagamentos dos serviços de ambulância. Em relação aos pagamentos do fornecimento de água, as regras determinam a retirada do contador quando o serviço não é pago. Mas alguns

consumidores fazem ligações clandestinas e tem que ser retirado o ramal. Frisou que em 9 anos do atual executivo, nunca tinha sido recusado um pedido de pagamento faseado. Informou também que havia casos de pessoas que tinham falecido e os familiares não assumiram o pagamento da dívida. -----

Com fundamento na nota jurídica informativa n.º 02.2022 do serviço de contraordenações, execuções fiscais, contencioso e apoio jurídico do município (processo n.º 2022/350.30.001/4), a assembleia municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos deputados municipais do PSD: Paulo Matos, Fábio Gomes e Isabel Casa Branca Martins e a abstenção do deputado do CHEGA, Fernando Faca, aprovar: -----

- a prescrição das dívidas relacionadas com a prestação de serviço de águas, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos que se reportam ao período de 2004 até junho de 2021; -----

- a prescrição das dívidas relacionadas com taxas resultantes de fotocópias simples e/ou autenticadas, aluguer de máquinas, toldos, esplanadas, ocupação da via pública e publicidade que se reportam ao período de 2004 até 31 de dezembro de 2014; -----

Os deputados do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: ---“*Entendem os membros da assembleia municipal eleitos pelo PSD, que a proposta de prescrição de recebimentos em atraso de 2004 a 2021, não traduz o devido acompanhamento de boa cobrança de dívidas.* -----

Em particular, grandes devedores como o caso da ULSNA, entidade pública que não tem necessidade de ser devedora a outra entidade pública, com montantes superiores a 11.000€. Ou ainda, Águas do Vale do Tejo com 3700€. -----

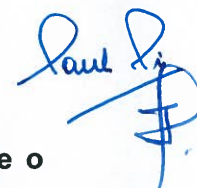
Desta forma, somos do entendimento que a atual gestão do executivo com responsabilidades nos últimos 9 anos, deveria ter feito uma melhor gestão no campo da boa cobrança.” -----

PONTO OITO = dissolução da Associação para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital; -----

Considerando a aprovação pela Assembleia Geral da APDD, bem como pela Câmara Municipal de Gavião, a Assembleia Municipal de Gavião deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de dissolução da Associação Portalegre Distrito Digital. -----

PONTO NOVE = nomeação do fiscal único da empresa “Águas do Alto Alentejo, EIM”; -----

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a designação da empresa “Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda” como fiscal único da sociedade “Águas do Alto Alentejo, EIM”. -----



PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação do REOT – Relatório Sobre o Estado de Ordenamento do Território; -----

O senhor presidente da mesa passou a palavra ao senhor presidente da câmara para apresentar o documento. -----

O senhor presidente da câmara sublinhou que o documento tinha sido enviado previamente aos membros pelo que dispensava a apresentação. Salientou que se tratava de um documento elaborados pelos técnicos. Afirmou que realizar previsões a 15 anos não era fácil. O documento está condicionado à lei e depois de aprovado iria para parecer de várias entidades. -----

O senhor deputado Paulo Matos evidenciou que tinha tido pouco tempo para ler todos os documentos. Questionou se o prazo de revisão do PDM seriam 18 meses a partir daquele momento. -----

O senhor presidente da câmara afirmou esperar que fosse menos tempo e iria pressionar para que assim fosse. Confirmou que no documento constava esse prazo, e até a possibilidade de ser renovado por outro período de 18 meses. Informou que tinha havido uma reunião da comissão técnica de acompanhamento e verificaram que ninguém sabia do documento na ANPC e depois de alguns telefonemas ele tinha conseguido que no próximo dia 11 essa comissão reunisse. -----

O senhor deputado Paulo Matos considerou que faltavam alguns elementos que podiam ser importantes. Começou por salientar a referência à pista de aviação que não o é, pois trata-se de um caminho com sobreiros. Ou os problemas sistémicos com os fogos florestais e de que forma se poderia prever e promover as albufeiras de água no território. Questionou ainda que tipo de interação iria acontecer com a sociedade civil, nas reuniões plenárias que viessem a acontecer, por parte da entidade responsável pela elaboração do plano. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que a lei prevê a existência de um período de discussão pública, durante 30 dias. Na primeira fase não haverá interação, haverá um trabalho de campo. Informou que as primeiras reuniões serão com uma comissão técnica de acompanhamento, e que em representação do Município de Gavião estarão apenas duas pessoas. Seguem-se os pareceres de 30 entidades. -----

De seguida, o senhor deputado Paulo Matos focou que a portaria n.º 277/2015, no artigo 7.º, em relação à organização desse grupo de trabalho refere que tem que haver representantes dos municípios vizinhos, mas neste documento isso não consta. -----

O senhor presidente da câmara explicou que a legislação que referiu não dizia respeito ao REOT. Esse grupo de trabalho funcionará na fase seguinte, após a aprovação deste documento. -----

O senhor deputado Paulo Matos alertou ainda para o facto de não constar neste documento a transcrição do Decreto-Lei n.º 80/2015 na componente de discussão



pública, parte final do processo, nomeadamente o artigo 89.º, alínea 7 que refere a promoção de esclarecimento dos interessados, através dos seus próprios técnicos ou com recurso a técnicos de administração direta ou indireta do estado. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que neste relatório não tinha que constar essa referência. Devia constar no documento seguinte, a elaborar pela comissão de acompanhamento. Evidenciou que o documento final virá a aprovação da câmara municipal, da assembleia municipal e estará em consulta pública para pronúncia por escrito, dos interessados. -----

Depois de apresentado o documento e prestados todos os esclarecimentos solicitados, o mesmo foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ---

PONTO ONZE = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, Em Gavião”, referente ao mês de janeiro 2022; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, Em Gavião”, referente ao mês de fevereiro 2022; ----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, Em Gavião”, referente ao mês de março 2022; -----

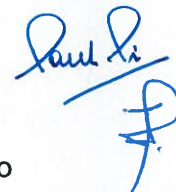
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”, referente ao mês de janeiro 2022; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”, referente ao mês de fevereiro 2022; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”, referente ao mês de março 2022; -----

PONTO DOZE = diversos; -----

O senhor deputado Paulo Matos começou por evidenciar que os eleitos do PSD estão unidos e são sempre a favor do desenvolvimento do concelho, apoiando qualquer investimento económico. Referiu que o edital publicado no dia 9 de maio tinha vindo quebrar a promessa do executivo de discutir em assembleia a possível localização de um estabelecimento comercial (supermercado). Afirmou que gostaria de ter participado e manifestou o seu descontentamento pela localização de um “mamarracho” à entrada da vila de Gavião, apesar da regeneração urbana que ali decorre. Deixou 3 sugestões de localização: no espaço onde estavam localizadas as casas pré-fabricadas na Rua



Francisco Ventura, no antigo estaleiro da Câmara Municipal de Gavião ou na Rua do Lagar, entre a sede da Associação de Caça e Pesca e o Loteamento do Calvário. -----

O senhor deputado Paulo Serras questionou se já havia solução para a estrada entre a Ferraria e a Comenda. Questionou também quem era o responsável pela recuperação dos caminhos danificados pelo RAID da Ferraria, porque as pessoas precisam de transitar e não o conseguem fazer. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que não se lembrava de ter prometido que iria trazer a discussão na assembleia municipal, a localização do supermercado. Frisou que o senhor deputado parecia saber mais do que ele. Tinha referido que era um “mamarracho”, mas ainda não se sabia quem seria o investidor, nem que tipo de construção. Frisou que as 3 sugestões de localização que tinha deixado não faziam sentido. O terreno da Rua Francisco Ventura é privado, tal como o terreno da Rua do Lagar. Quanto ao espaço do armazém e serviços municipais, não está prevista a sua mudança para outro espaço. E tem sido realizado investimento nas instalações. -----

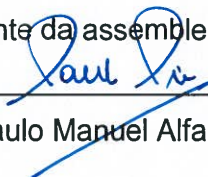
Em resposta às questões colocadas pelo senhor deputado Paulo Serras, informou que apesar de o município não ser a entidade responsável pela reparação dos caminhos, acaba sempre por fazê-lo. Informou que já andavam funcionários municipais a retirar as marcações do RAID, nos 3 concelhos. A recuperação dos caminhos iria demorar cerca de um mês, porque eram 100 km de caminhos. Afirmou que nunca tinha tido intenção de acabar com o RAID, mas enquanto gestor público tem a obrigação de avaliar o custo-benefício deste evento. Quanto à estrada da Ferraria, salientou que era uma questão frequentemente colocada pelo senhor vereador Rui Vieira. Reconheceu que a zona da baixa das Polvorosas está em muito mau estado, mas o restante percurso está igual a outras estradas do concelho. Assegurou que o município está atento e fará o que for possível para resolver a situação. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio apresentou uma proposta de congratulação aos dois alunos do Agrupamento de Escolas de Gavião, que participaram no Parlamento dos Jovens em representação do distrito de Portalegre. E também à criança que ganhou a fase distrital do Concurso Nacional de Leitura e iria representar o distrito na fase nacional. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Verificando-se que não havia mais nenhuma questão a colocar pelos deputados municipais e nenhum membro do público pretendia intervir, o senhor presidente da mesa informou que a mesa da assembleia pretendia retomar um projeto que tinha sido adiado, devido à pandemia e que consistia na Assembleia Municipal Jovem. Pretendia-se realizar a sessão, a título experimental, até final do presente ano letivo. E gostaria que os membros efetivos deste órgão assistissem à sessão. Na data de realização dessa sessão gostaria de convidar todos os membros para um almoço no

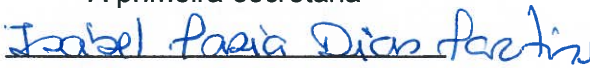
Agrupamento de Escolas de Gavião, servido pelos alunos do curso de restauração e bar. Posteriormente o projeto seria devidamente organizado com o contributo de todos os membros, à semelhança do que já acontecia em outros municípios. -----
Nada mais havendo a acrescentar, agradeceu a participação a todos os presentes e declarou encerrada a sessão, era uma hora e cinquenta minutos do dia 30 de abril, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)